

CARTA ABERTA EM DEFESA DO SUS

Começos saudáveis, futuros esperançosos

Neste **Dia Mundial da Saúde de 2025**, trazemos ao debate a saúde das pessoas que gestam, reforçando que os direitos reprodutivos são direitos humanos.

Diante do avanço de pautas conservadoras no município e no Estado de São Paulo, bem como no plano internacional, cabe reafirmar que todas as pessoas têm o direito de decidir se querem ter filhos ou não e em que momento de suas vidas. Isso inclui ter acesso a educação sexual na infância e juventude, a planejamento reprodutivo, a assistência em casos de violência sexual, a atenção respeitosa e baseada em evidências no pré-natal, no parto, no puerpério e no aleitamento. Inclui, ainda, a licença-maternidade remunerada, o acesso a creches, o direito ao colo de crianças periféricas e o trabalho digno.

Em 2023, o Brasil registrou 1.319 mortes maternas, o que corresponde a uma taxa de 51,9 óbitos por 100.000 nascidos vivos.¹ Isso significa que, a cada dia, de 3 a 4 pessoas perderam a vida devido a complicações relacionadas à gestação, ao parto ou ao aborto. No município de São Paulo, a razão de mortalidade materna foi de 41,1 óbitos por 100.000 nascidos vivos,² um patamar alarmante considerando a riqueza da cidade e o fato de que mais de 90% dessas mortes poderiam ter sido evitadas com uma assistência adequada.

As mortes são apenas a ponta do iceberg. A lista de problemas é longa! Todo mundo conhece alguém que sofreu violência obstétrica, racismo no atendimento em saúde, impedimento à presença de acompanhante no parto (um direito garantido por lei federal), proibição da participação da doula (um direito em muitos municípios, inclusive em São Paulo), falta de vaga na maternidade, cesariana indesejada, ou parto normal agressivo, falta de cuidado e sensibilidade diante de uma perda gestacional, recusa de acesso ao aborto legal, falta de apoio e orientação sobre aleitamento, entre tantas outras questões.

O serviço de aborto previsto em lei do Hospital Vila Nova Cachoeirinha segue fechado. Enquanto isso, somente em 2024, 257 meninas com até 14 anos se tornaram mães na cidade de São Paulo. É preciso implementar Práticas Integrativas e Complementares, bem como ampliar o acesso, a qualidade e a segurança da atenção primária e da atenção hospitalar. A taxa de cesariana foi de 60,9% no estado e de 55,3% na capital, em 2023,³ o que evidencia que a assistência ao parto está distante do padrão recomendado internacionalmente. Por que expomos mães e bebês a riscos desnecessários? O excesso de intervenções e cirurgias aumenta a mortalidade materna e compromete a saúde futura dessa geração. Precisamos de um modelo de assistência que privilegie a experiência positiva, respeitando as necessidades de cada pessoa e família.

Os estudos mostram que a terceirização piora a qualidade dos serviços de saúde, e aumenta a mortalidade evitável – mas Tarcísio e Nunes seguem nesse rumo! Quando não é possível terceirizar ou mesmo comprar recursos humanos por meio de pregão, precarizam o serviço público e submetem os trabalhadores a condições degradantes.

Pela proteção à maternidade e à infância, garantida pela Declaração Universal de Direitos Humanos desde 1948, por condições dignas de moradia, alimentação, educação, trabalho, mobilidade urbana e assistência ao longo de toda a vida, e por um SUS forte e resiliente, chamamos toda a sociedade a participar deste Dia Mundial da Saúde!

¹ Ministério da Saúde. SVSA. Painel de monitoramento da mortalidade materna.

² Prefeitura de São Paulo. Ceinfo. SIM; SINASC.

³ Prefeitura de São Paulo. Ceinfo. SINASC.

Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras, seccional São Paulo – ABENFO-SP

Associação de Alunas e Ex-Alunas do Curso de Obstetrícia – AO/EACH/USP

Associação de Doulas de São Paulo – ADOSP

Associação Odontológica da prefeitura de São Paulo – AOPSP

Associação Paulista de Distrofia Muscular - SPDM

Associação Paulista de Saúde Pública – APSP

Brigada pela Vida

Central de Movimentos Populares – CMP

Central Única dos Trabalhadores de São Paulo

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP

Coletiva Mãe na Roda – Doulagem Periférica

Curso de Obstetrícia – EACH/USP

DMC Brasil

Fórum em Defesa da Mulher

Fraternidade Secular Charles de Foucauld do Brasil

Frente Nacional de Mulheres com Deficiência

Grupo de Estudos Gênero e Evidências – GEMAS/FSP/USP

Grupo de Pesquisa Enfermagem e Assistência à Saúde de Mulheres: modelos, agentes e práticas – MAP Mulheres da Escola de Enfermagem da USP

Instituto BioMob de Diversidade e Inclusão

Instituto Nexus Direitos

Marcha Mundial das Mulheres Negras

Marcha Mundial de Mulheres

Movimento de Saúde da Zona Leste

Movimento de Saúde de São Mateus

Plenária de Saúde de Osasco e Região

Plenária Estadual da Saúde

Plenária Municipal da Saúde

Rede Itinerante de Mulheres Atuantes - RIMA

Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo – SEESP

Sindicato dos Médicos de São Paulo – SIMESP

Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo – SindiNutri-SP

Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo – SOESP

Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – SinPsi

Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo – SINSPREV

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – SINDSEP

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SINDSAUDE-SP

Sociedade Amigos do Jardim das Camélias

União dos Movimentos Populares de Saúde – UMPS